



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

RELATÓRIO DA 128ª REUNIÃO CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO – ES

Dia 31 de Agosto e 01 de Setembro de 2011

Local: CAPES – Brasília/DF

A 128ª reunião do CTC/CAPES, conduzida pelo Prof. Dr. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação/CAPES foi aberta com a ilustre presença do Presidente da CAPES, Prof. Dr. Jorge Guimarães que, após dar boas vindas aos Coordenadores de Área e cumprimentar os Coordenadores Adjuntos empossados na referida reunião, fez uma breve fala, explorando alguns aspectos considerados estratégicos na gestão e avanço da PG no Brasil.

Comentou inicialmente o investimento da CAPES e do impacto pretendido com o lançamento do **Programa Ciências sem Fronteiras** para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país, focalizando especificamente o que é esperado no âmbito da PG.

Destacou a relevância do investimento de recursos financeiros destinados às bolsas de estudos para graduação e PG, chamando a atenção para a necessidade de domínio dos alunos na língua inglesa, como forma de garantir comunicação eficiente e de impacto com o restante do mundo. Destacou a exigência do exame *TOEFL/IBT Test* para os candidatos às bolsas, mas chamou atenção para a necessidade de se expandir essa cultura aos programas de PG, haja vista a melhorar a qualidade e impacto das publicações em nível internacional. Indicou negociações com a Fullbrighth, para ampliar mais datas para a realização dos exames vislumbrando, no futuro, a inclusão do Toefl nos processos seletivos dos programas de Doutorado e ainda na oferta de cursos de PG em inglês.

Em seguida comentou sobre o investimento da CAPES de 5 milhões de dólares na **melhoria dos periódicos** nacionais, indicando que cada Área deverá selecionar um ou dois periódicos, no máximo, para receber financiamento por 5 anos, com objetivo de levá-los a avançar rapidamente, melhorar o Qualis e atingir padrões internacionais.

Outro aspecto tratado na fala do Sr. Presidente da CAPES foi a preocupação com o **crescimento desordenado de Cursos Novos nota 3**, destacando que considera inaceitável quando



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

estes são vinculados a grandes universidades, já que para universidades sediadas em regiões de menor desenvolvimento científico e tecnológico esse é o início possível. Conclamou os Coordenadores de Área e seus Adjuntos a auxiliar cursos nota 3, que estão nessa situação de forma crônica, a romperem com essa lógica e ainda a desenvolverem estratégias junto aos cursos que iniciaram com nota 3 para alcançar o mais rápido possível melhoria na avaliação, tendo em vista a importância de se concentrar o maior número de cursos nas notas 4 e 5.

O presidente também comentou o desafio do Brasil em **aumentar a proporção do número de doutores/habitante**, indicando que a CAPES tem induzido a criação de cursos de PG em temas estratégicos, que são desenvolvidos por centros especializados de serviços/pesquisa dando como exemplo o INCA, IMETRO, entre outros.

A necessidade de **planejamento para manutenção dos cursos 6 e 7**, tendo em vista o envelhecimento do corpo docente, foi outra questão comentada pelo presidente. A CAPES considera essa uma questão preocupante, tendo em vista a importância estratégica desses no desenvolvimento nacional e a necessidade de continuidade do padrão de excelência conquistados em pesquisa no país. Comentou a experiência da EMBRAPA para lidar com essa questão e algumas estratégias de indução por meio de edital para formação de jovens doutores.

Finalmente, o Prof. Jorge confirmou a **determinação de separar a avaliação do Mestrado Profissional (MP)** do Mestrado Acadêmico (MA), indicando que o MP tenha parâmetros específicos e recomendou às áreas especial atenção para se garantir o perfil adequado a cada uma das modalidades.

Em sequência ao pronunciamento do Presidente, foi apresentada pauta dos trabalhos dos dois dias de reunião, cuja síntese apresentamos em tópicos.

1. Inicialmente foi feita uma rodada de **apresentação dos Coordenadores de Área (empossados em junho/2011) e dos Adjuntos cuja posse se deu no momento da reunião**. A equipe da DAV também foi apresentada.
2. **Apresentação e debate sobre Programas em Formas Associativas: redes, associações amplas, parcial.**



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

Sobre esse assunto foi apresentada inicialmente, a experiência do Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) cujo objetivo é o aprimoramento da formação profissional de professores da educação básica. Trata-se de um Programa semipresencial, com bolsas CAPES para professores em exercício na rede pública, realizado por uma Rede Nacional de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil, e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática. Foram discutidos aspectos da organização e desenvolvimento do referido programa, processo seletivo e sistema de avaliação, além de suas potencialidades e limitações. Maiores informações sobre o programa podem ser acessadas em <http://www.profmat-sbm.org.br>.

Em um segundo momento na reunião foram apontados alguns problemas relacionados aos programas desenvolvidos em formas associativas, em particular o seu alto custo e ainda que em geral começam bem, mas logo a questão do financiamento começa a trazer dificuldades na gestão e execução.

3. Atualização das ações das áreas/subpáginas

Os Coordenadores e Adjuntos foram esclarecidos quanto ao uso das subpáginas de cada Área na página da CAPES, cujo objetivo é manter comunicação clara, objetiva e com ampla divulgação das ações oficiais das Áreas. As subpáginas serão alimentadas com ofícios, comunicados aos Coordenadores dos Programas tornando ágil e acessível às informações gerais e convocatórias, bem como disponibilizados os relatórios de reuniões e de outras ações, apresentações realizadas no âmbito da CAPES e documentos gerais, sendo enfatizado que estas não devem ser utilizadas como espaço de discussão, nem para divulgação de notícias.

Aproveitamos para informar a página da Enfermagem está em processo de atualização e recomendamos acessá-la frequentemente pelo link: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4667-enfermagem>

E-mail da Coordenação: 20.enfe@capes.gov.br



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

4. Avaliação de Cursos Novos – APCN

Os Coordenadores e Adjuntos foram orientados quanto ao novo formato da avaliação dos novos cursos apresentados. A recomendação do Diretor da DAV foi que as avaliações sejam realizadas nas dependências da CAPES e que se cuide com detalhamento da qualidade dos pareceres e da precisão do julgamento dos itens na ficha de avaliação. A novidade implementada nesse processo é que cada Área contará com dois avaliadores externos a área; no caso da Enfermagem, serão nossos colaboradores, os Coordenadores das Áreas de Geografia e da Ciência da Computação, bem como a Enfermagem estará colaborando na avaliação dos APCN das Áreas de Letras/Linguística e de Ciências Ambientais.

Da tabela apresentada da demanda, constam 13 propostas de APCN na Área de Enfermagem.

5. Prêmio CAPES de Teses

Foi informado pela técnica Sandra Cunha, que o julgamento do Prêmio CAPES Teses deverá ser concluído até o mês de outubro/2011, sendo que, esse processo diz respeito as teses inscritas no ano de 2010. A forma como ocorrerá o processo de julgamento das teses é de escolha de cada Área, que pode optar pelo formato presencial ou virtual. Foi solicitada ampla divulgação entre os programas, para que seja feita leitura atenta do Edital, haja vista que algumas teses foram eliminadas por falha no preenchimento da Ata da reunião do Programa, que selecionou a tese indicada ao prêmio, cujas orientações encontravam-se detalhadas no Edital. A abertura de inscrição para o ano de 2011 está prevista para ser divulgada por meio de Edital até o final do mês de setembro.

6. QUALIS PERIÓDICOS

A discussão sobre a revisão do QUALIS PERIÓDICOS foi conduzida resgatando todo processo de criação da atual fórmula de distribuição dos periódicos nos estratos A1 a C, seguida da informação do processo que ocorreu durante o processamento da lista gerada a partir da produção de 2010. Segundo o Prof. Lívio, foram geradas duas listas, uma limpa, que continha os



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

periódicos com informações corretas quanto ao seu título e ISSN e uma lista suja” cujos títulos eram incompreensíveis ou foram apresentados de várias formas diferentes, entre eles, um periódico da Enfermagem, que teve 11 títulos diferentes. Com respeito a essa lista, foi-nos chamado a atenção para o problema de informação inadequada ou incompreensível dos nomes dos periódicos no campo: título do periódico/ISSN e a importância de se alertar os programas para a qualidade dos dados apresentados no COLETA CAPES.

A lista “limpa” deverá ser disponibilizada em breve para que as áreas trabalhem na revisão da distribuição dos periódicos nos estratos.

7. Atualização e debate sobre revalidação de títulos de PG obtidos no exterior

Para introduzir o assunto foi apresentado recortes do conteúdo de projetos de Lei que tramitam no Senado (Projeto Lei Senado n. 399/2011 – Senador Roberto Requião) e na Câmara Federal (Projeto de Lei – Eliane Lima/2009 e Gonzaga Patriota/2011), cuja intenção é facilitar/simplificar a revalidação de diplomas obtidos por brasileiros em universidades no exterior.

Os textos dos projetos indicam a revalidação automática de diplomas obtidos no MERCOSUL e em universidades de outros países. O chamamento da DAV para a questão partiu de uma reflexão já iniciada junto ao Ministro da Educação, de discussões com o Conselho Nacional de Educação e FOPROP, que reconhecem o risco que corre todo o sistema nacional de pós-graduação e o esforço empreendido em todos esses anos em defesa do padrão de qualidade da PG brasileira. A aprovação de um projeto de lei dessa natureza nivela o título obtido em universidades sem qualquer critério de qualidade ao dos nossos cursos de PG. Foi sinalizada a possibilidade de se criar um sistema informatizado de entrada única de solicitação para revalidação de diplomas, de modo que o interessado só consiga protocolar seu pedido em uma única universidade. Esse processo depende da adesão das universidades que realizam o processo de revalidação.

A palavra foi aberta à plenária, provocando amplo debate que indicou as várias tentativas dos candidatos, a sobrecarga de algumas áreas, e ainda o posicionamento contrário dos presentes no CTC diante das tentativas legais de se facilitar a obtenção de revalidação sem se considerar critérios de qualidade. Houve também um indicativo que cada Coordenador de Área levante a discussão em suas universidades acionando Pró-Reitores e Reitores de suas universidades e ainda



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

a composição de um grupo de trabalho do CTC para discutir e propor um posicionamento oficial, construir parcerias com representantes do poder legislativo para chegar a uma proposta de normatizar o processo de revalidação de diplomas de PG. Além disso, foi sinalizado aos Coordenadores que se manifestem da forma como acharem possível em prol da defesa do patrimônio construído pela PG brasileira.

8. Relato e debate sobre análise dos Programas Nota 3 por três avaliações

O assunto foi discutido em consonância com o que já havia sido levantado pelo presidente da CAPES em sua intervenção no início da reunião. Foi apresentado um levantamento da DAV, das 31 Áreas que tinham Programas com o problema de permanência da nota 3. Algumas áreas já haviam tomado providências e viabilizado reuniões com os referidos programas, outras já tinham agendado e outras ainda não tinham se posicionado. As Áreas que já tinham se reunido com os programas o fizeram nas dependências da CAPES e compartilharam seus resultados, indicando que em geral foi realizada uma análise pormenorizada dos resultados de cada programa, identificando suas tendências, problemas e potenciais. Ficou claro na fala dos Coordenadores a importância desses encontros para estreitar relações com as coordenações dos programas, que indicaram muita satisfação com a atenção dispensada e os esforços que foram envidados para a solução de alguns problemas para melhoria da nota dos programas. A determinação da DAV é para que as Áreas se organizem para atender de forma urgente os programas, havendo ainda a recomendação para todas cuidarem daqueles nota 3, evitando que os problemas se tornem crônicos e que todos consigam superar dificuldades e ascender em nota nas próximas avaliações.

Na Enfermagem não temos cursos nota 3 por três avaliações, mas há 24 cursos com essa nota, a grande maioria é recém-criados e que, apesar de ainda não terem uma avaliação trienal, merecerão atenção especial da Coordenação da Área.

De modo geral, na fala dos Coordenadores de Área esteve presente a questão da dificuldade dos programas nota 3, que assim permanecem por mais de uma avaliação e uma das maiores limitações tem sido a retenção dos docentes nos programas.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

9. Pronunciamento do Prof. Dr. Glaucius Oliva – Presidente do CNPq

Presente à reunião do CTC-ES o Prof. Glaucius Oliva falou aos Coordenadores e Adjuntos das Áreas indicando o interesse do CNPq em manter ações conjuntas com a CAPES no financiamento do desenvolvimento do Brasil em pesquisa, tecnologia e inovação.

Comentou sobre o interesse das agências de fomento em todo o mundo em manter um diálogo sobre os processos avaliativos, indicando que haverá em 2012, em Washington, um encontro de lideranças de representantes de agências internacionais de fomento à pesquisa. O objetivo principal é elaborar uma carta de princípios, a partir de uma discussão sobre o processo de revisão por pares, que tende a ser até certo ponto conservador, inibindo o desenvolvimento de novos conhecimentos, a geração de inovação. A tendência é que os termos desse documento sejam reapreciados após um ano de proposição da carta.

Chamou atenção para a necessidade de buscarmos novos modelos de geração de conhecimento e da modernização do sistema de PG, de modo a superar as dificuldades do trabalho multidisciplinar buscando talentos ainda na graduação e induzindo estes para desenvolvimento de projetos em parcerias com a indústria e serviços. Comentou sobre a importância estratégica do Programa Ciência sem Fronteiras na formação de jovens pesquisadores nos EUA, para que os mesmos tenham a experiência de conviver em ambientes de produção de tecnologia e inovação para que, na volta, os mesmos sejam absorvidos pelo mercado acadêmico, indústria e empresas. Destacou ainda, a relevância dos editais propostos em parceria com as FAP dos estados, especialmente para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico, além de estimular a fixação de pesquisadores em regiões menos desenvolvidas.

O Prof. Glaucius informou a Nova Sede do CNPq, nas imediações do aeroporto internacional de Brasília, local oferecido para uma próxima reunião entre o CTC/CAPES e o CNPq para o aprofundamento da discussão de aspectos mencionados nesse encontro. Mencionou o lançamento da fusão entre o Casadinho e PROCAD e ainda das duas novas abas do Currículo Lattes, para o registro de Inovação e Educação e Divulgação Científica.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

10. Apresentação e debate: concursos docentes 2007-2009 (REUNI) & PG

O debate versou sobre a dificuldade de fixação de docentes em regiões em que existem poucos programas de PG e, conseqüentemente, menos desenvolvimento científico e tecnológico. A CAPES conduziu um estudo em parceria com o FOPROP e a direção de universidades brasileiras que informaram o destino dos doutores contratados após o REUNI. Os dados apresentados, mesmo que de forma preliminar por falta ainda de retorno de todas as universidades, mostram que a migração de docentes entre as mesmas privilegia regiões em que já existem desenvolvimento e escassez de docentes, principalmente na Região Norte, onde praticamente só houve evasão de docentes. O estudo carece completude e ainda permitirá análises mais consistentes para mostrar, por exemplo, a conexão dos resultados com os indicadores sociais das regiões, a mobilidade por área de conhecimento, entre outras.

Na análise da DAV, o REUNI atingiu seu objetivo de ampliar o corpo docente das IFES, embora não seja possível analisar qual o impacto direto para a PG. Assim, numa segunda empreitada do REUNI será indispensável se indicar direcionamento específico para a PG.

11. Relato e debate sobre Mestrado Profissional – panorama atual e experiências de avaliação na trienal 2010

Foi informada a deliberação de se separar a avaliação do MP do MA. O Prof. Lívio trouxe um histórico sobre a criação do MP como uma das metas do ensino de PG no Brasil, indicando o crescimento da PG no MA e DO entre 1998 a 2008, em que se observa uma curva crescente no número de cursos e vagas. Problematizou ainda a criação do MP com suas peculiaridades e mostrou que nos 10 anos analisados o MP não causou distorção no ensino de PG, embora alguns aspectos tenham sido mal interpretados nesse caminho.

Após ampla explanação sobre a Portaria que normatiza o MP, destaque foi dado a informação de que 2/3 dos cursos são oferecidos por instituições públicas, mostrando-se o número de alunos titulados em cada Área, a distribuição praticamente igual do MP ao MA por regiões e ainda a inexistência de evasão de alunos do MA para o MP.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

20.enfe@capes.gov.br

Considerando que não há sinalização no momento da ficha de avaliação, mas uma determinação clara para se avaliar de forma diferenciada o MP, foi solicitado as Áreas de Saúde Coletiva e Odontologia que compartilhassem suas experiências de modo a auxiliar as demais para se organizarem nesse processo. Nas duas experiências relatadas verificamos que as distorções causadas pela ficha de avaliação, que não permite o registro de aspectos relevantes para avaliação do MP, estão sendo sanadas com a orientação/recomendação aos coordenadores de MP para registrar no qualitativo do COLETA as informações necessárias para dar mais visibilidade as ações, especificamente, aquelas relativas ao desempenho dos egressos e impacto da produção desses, inserção social e produção técnica.

Várias sugestões ainda foram dadas para se criar, naquelas áreas que tem número expressivo de MP, uma comissão específica dentro da comissão de avaliação apenas para cuidar dos MP, além de se rever os critérios de avaliação contando com a experiência dos próprios coordenadores dos programas e ainda a indicação para se definir claramente o alcance do MP e sua diferenciação do MA.

Não houve indicação precisa de quando e como será alterada a ficha de avaliação, mas de que estamos em construção desse processo.

A coordenação da Área de Enfermagem já manifestou, no Fórum de Coordenadores de PG em Enfermagem – SENPE 2011, seu compromisso em incluir na comissão de avaliação coordenadores/docentes com experiência em MP e fará a indicação de uma comissão de estudos para subsidiar nossas decisões e apresentar proposta de critérios de avaliação contemplando a especificidade da área de conhecimento e o processo de discussão desencadeado em outras áreas e na própria Capes.